



## **MANIFESTO XI CONGRESSO ESTADUAL DO CPERS**

### **Rompendo as correntes da opressão: não ao trabalho escravo, sim ao trabalho decente!**

A estarrecedora prática do trabalho escravo em diversas cidades do Brasil não pode ser tolerada. As denúncias sobre trabalhadores(as) que se encontram em situação análoga à escravidão, tanto no meio urbano quanto no rural, multiplicam-se e deixam evidente que o país ainda não conseguiu agir de forma efetiva para impedir que essa exploração ocorra e que essa situação se agravou durante o mandato do ex presidente Jair Bolsonaro.

Na maioria dos casos que vieram a público são anos de extremo abuso de poder. Opressão, submissão, horas infinitas de trabalho, penalizações que incluem até mesmo agressões físicas e verbais e ambiente insalubre, privando o ser humano dos seus direitos mais elementares, são marcas daqueles que exploram a mão de obra.

Já são mais de 1,2 mil pessoas resgatadas da escravidão, até maio deste ano. Dos casos registrados, 87,3% referem-se a trabalho rural. O Rio Grande do Sul contabiliza estarrecedores 296 casos.

Comparado com os anos anteriores, os números parciais de 2023 chamam a atenção, visto que já somam cerca de metade dos resgates de trabalhadores(as) em 2022, ano com o maior número de registro dos últimos dez anos. Os casos deste ano também ultrapassam as ocorrências registradas em 2019 e 2020 e representam 60% dos registros em 2021.

É inadmissível que em pleno 2023 ainda ocorram situações de escravidão que – torna-se imprescindível destacar - é a violação extrema dos direitos humanos e, como tal, deve ser tratada como crime. É preciso agir e punir, com o rigor da Lei, todos aqueles que roubam a dignidade e a liberdade.

Apesar do Estado possuir, desde 2013, um Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, as falhas e a fragilidade desse sistema ficam evidentes.

É urgente e imprescindível que os governos concretizem, com extrema celeridade, ações que impeçam que essa prática desumana siga ocorrendo.

O CPERS, que historicamente defende o direito de todos(as) os trabalhadores(as), manifesta seu mais absoluto repúdio a todas as formas de exploração do trabalho.

Conclamamos o fortalecimento da união da classe trabalhadora para garantir os direitos e a segurança de todos os trabalhadores(as).

Defendemos ainda que o Estado estruture, o mais rápido possível, uma estratégia de atuação integrada para ações preventivas entre os três poderes e o Ministério Público. Além disso, é necessária a organização de dados, manutenção e ampliação do quadro de Auditores Fiscais ou monitoramento de metas e ações fiscalizatórias, preventivas e repressivas.

Por fim, não se pode esquecer da necessidade de implementar políticas públicas que viabilizem a reinserção dos trabalhadores(as) resgatados e, sem dúvida, a severa punição às empresas envolvidas.

Seguimos firmes em defesa dos direitos e da segurança de todos os trabalhadores(as)!

**Trabalho escravo nunca mais!**